MULHERES, POLÍTICA E FAMÍLIA: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS PELOS JORNAIS IMPRESSOS PIAUIENSES[1]

GT3: Comunicação Política e Mídia

Jennyffer Pereira de Mesquita[2]

Paulo Fernando de Carvalho Lopes[3]

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral analisar a construção discursiva sobre a mulher piauiense que ascendeu a cargo político eletivo no pleito de 2010 pelos três jornais de maior circulação do estado do Piauí: Diário do Povo, Meio Norte e O Dia. Trata-se de uma análise discursiva que parte da hipótese de que a mídia, na condição de produtora de sentidos, desempenha importante papel na construção de identificações de gêneros. Considera que os discursos que circulam na imprensa não constituem meros retratos do real, mas são importantes mecanismos de construção de uma realidade social apresentada aos seus espectadores através de uma produção de sentidos. Apresenta uma contextualização histórica e cultural da relação mulher,política e família, detendo-se principalmente sobre as oligarquias políticas. Através da metodologia de Análise de Discursos fundamentada na Teoria dos Discursos Sociais, propõe-se a identificar quais as estratégias enunciativas utilizadas pelos jornais locais para construir o lugar da mulher na política piauiense.

Palavras-chave: Mulher; Política; Discursos; Oligarquias; Jornais

---

[1] Trabalho apresentado no GT – Comunicación Política y Médios do XII Congresso ALAIC.

[2] Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: jenmesquita@hotmail.com.

[3] Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lopespaulofernando@gmail.com.

Introdução

A presença de mulheres na política é uma realidade e muitas conquistas podem ser apontadas na trajetória feminina para deixar de ser vista apenas como um “sexo frágil” e a “rainha do lar”, e passar a ser reconhecida como uma ser ativo no setor privado e em diversos setores do espaço público, principalmente na política.

No Brasil, foi a conquista do voto feminino que legitimou a possibilidade das mulheres de entrarem na política, através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. O decreto, em seu artigo 2º, disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. Porém, as disposições transitórias, presentes no artigo 121, dispunham que as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral.

Oitenta anos depois, em 2002, uma mulher, Dilma Rousseff, assumiu a Presidência da República pela primeira vez na história política do país. Esse fato, por si só, demonstra que houve incontestáveis avanços. Antes disso, em 2009, entrou em vigência a Lei nº 12.034, que estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos ou coligações de preencherem o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Porém, ao se analisar as estatísticas das eleições , assim como a composição da estrutura política do país, verifica-se que a eleição de uma presidenta e a obrigatoriedade imposta pela lei supracitada não significa que as mulheres têm pleno e igual acesso aos espaços de representação política no Brasil, pois a participação nas esferas políticas inferiores e nos parlamentos ainda está muito aquém do esperado.

No Piauí, estado do nordeste brasileiro com pouco mais de três milhões de habitantes, uma particularidade em torno da inserção das mulheres na política local é o fato de que um número expressivo destas pertencem a clãs políticos. A partir dessa observação, e baseado metodologicamente na Teoria dos Discursos Sociais, este artigo tem como objetivo analisar quais as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais impressos de Teresina para mostrar essa relação entre mulheres, eleições e família.

Como corpus de análise, nos detemos em 04 matérias dos jornais de maior circulação do estado, O Dia, Diário do Povo e Meio Norte, que abordaram entre os meses de janeiro e fevereiro de 2011, a eleição e a posse de 07 deputadas estaduais e uma deputada federal, eleitas no pleito de 2010.

Família e poder: as oligarquias piauienses e suas mulheres

Para as mulheres saírem do espaço privado, socialmente construído como próprio para si, e adentrar no campo político, foi de grande importância o apoio de pares políticos, em especial de membros da família que já tinham experiência política como pais, maridos e irmãos. As mulheres então se somam a um processo cultural e histórico de oligarquização da arena política e de seus membros formando as elites políticas.

O termo oligarquia vem da palavra grega *oligarkhia*, que significa “governo de poucos”. Logo, a oligarquia pode ser conceituada como um sistema político no qual o poder está concentrado num pequeno grupo pertencente a uma mesma família, partido político ou grupo econômico. O sistema oligárquico que imperou no Brasil entre o final do século XIX e o século XX, foi assentado na política dos governadores sob a hegemonia dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Na época, o voto era descoberto, o que violava o princípio do sigilo, e as atas confeccionadas a bico-de-pena, eram adulteradas pela mesa eleitora.

De acordo com Arraes (2000), ao estudar a gênese da sociedade piauiense, percebe-se que a unidade básica da organização política no Piauí é o núcleo familiar, sendo então, os clãs familiares um relevante instrumento no recrutamento da elite política e nos resultados das eleições, nos níveis municipais e estadual.

> [...] os clãs familiares buscam nas disputas eleitorais não apenas a conquista do espaço político, mas também a manutenção e a ampliação da sua força econômica[...] A elite política dominante no Piauí está integrada a uma teia de relações em diversos níveis de cooperação, competição ou conflito entre si. Ao longo de sua história algumas famílias estabeleceram sua hegemonia sobre a economia e a política local. Manipulando estes espaços, as elites mantinham e mantêm o recrutamento sob um rígido controle e, nesse meio, a cooptação constitui um mecanismo importante para restringir o acesso ao poder (ARRAES, 2000,p. 75, 76).

O caso piauiense da concentração de poder político nas mãos de oligarquias teve origem no coronelismo, “um sistema amplo de dominação – incluindo a política - de populações rurais pelos coronéis” (ARRAES, 2000, p. 15). Através das eleições, o poder dos coronéis era então legitimado, sendo estes, homens ricos que compravam votos.

Quanto às mulheres piauienses que chegaram ao poder, há duas particularidades: ou elas são herdeiras de patrimônios eleitorais por pertencerem a uma família que detém influência política, ou ainda, embora em menor número, ganham notoriedade e conseguem eleger-se a cargos políticos por meio de trabalho desenvolvido junto a movimentos sociais.

Segundo Arraes (2000), essa herança é o processo na qual um político é substituído por um parente próximo, mantendo suas clientelas e transferindo a esses parentes e afilhados políticos os meios para a continuidade do parentesco no poder político local. A herança vai desde o prestígio, o sobrenome famoso, até os colégios eleitorais, tudo dentro do processo político democrático e institucional.

No caso das mulheres, percebe-se ao analisar o perfil de candidatas eleitas ao longo dos anos que a família é um importante apoio na relação mulher e política. Geralmente a herança política passa de pai para filho, mas com as mudanças da lei que obrigam os partidos políticos a apresentarem um percentual mínimo de mulheres candidatas, cada vez mais estas tem se beneficiado do curral político de maridos e parentes próximos.

Além disso, ao estudarmos a história de algumas mulheres piauienses que assumiram cargos eletivos percebe-se bem, não apenas a questão da hereditariedade política, o apoio de oligarquias familiares, como também o fato de que o trabalho social desenvolvido pelas primeiras-damas se tornou essencial para que estas adquirissem capital político.

Segundo SOUSA (2008, p. 32), o trabalho das primeiras-damas que posteriormente acabaram elegendo-se, leva a refletir o grau de notoriedade dessa posição, que pode ser considerado uma atuação política, com vistas a melhorar a vida das pessoas, proporcionando uma melhoria na cidade e contribuindo para a administração do marido. Logo, além do prestígio proporcionado pelo nome dos maridos, o trabalho assistencialista desenvolvido por elas favorece uma posterior entrada na política partidária, “se a ex-primeira-dama assim desejar, posto que o trabalho desenvolvido à frente da assistência social propicia comando político a essas mulheres”.

> Uma das razões para o êxito das candidatas consiste em que as mulheres desempenharam cargos de importância durante a gestão do marido, principalmente na área assistencialista, trabalho que sempre traz popularidade para a primeira dama do Estado. Através de serviços prestados na área de promoção ou bem-estar social, elas desenvolvem uma política do tipo clientelista, que inclui o empreguismo no serviço público (TABAK, 1989, p.127).

Assim, ao propiciar melhorias na vida da população local, o trabalho social do estado fazia com que aquele que estivesse no seu comando ganhasse uma imagem carismática junto a população carente e se tornasse alvo de gratidão e admiração, além de servir de base de sustentação política. Também, aproximava a população do governo e, muitas vezes, podia ser visto como uma propaganda positiva do governante.

Vale ressaltar que, embora esse tipo de trabalho possa ser desenvolvido por assistentes sociais, “no caso das primeiras-damas, a finalidade dessa ação se sobressai pelo lugar de importância política que elas ocupam ao lado dos maridos” (SOUSA, 2008, p. 33). Como consequência desse trabalho social, nota-se que em geral, a atuação política das mulheres fica restrita a questões de assistencialismo, educação, violência e saúde da mulher, temas considerados então, da responsabilidade da bancada feminina de um governo.

Das oito mulheres que ascenderam a cargos políticos eletivos no ano de 2011 e que fazem parte do objeto de estudo deste artigo, três são exemplos de ex-primeiras-damas que se elegeram tendo como base política o prestígio de seus maridos e o trabalho desenvolvido no serviço social do município ou estado. São elas, Lilian Martins, esposa do governador reeleito Wilson Martins, Rejane Dias, ex-primeira-dama do Piauí e esposa do senador Wellington Dias, e Liziê Coelho, esposa do ex-prefeito de Paulistana, Luís Coelho da Luz Filho.

Ainda em relação ao apadrinhamento político familiar, Ana Paula Mendes reeleita como deputada estadual em 2010, é ex-prefeita de Sebastião Leal e irmã de dois influentes políticos da região de Uruçuí, cidade do extremo sul do estado do Piauí, Chico Filho e Zé Nordeste, ambos do PMDB. Já a deputada Juliana Moraes Sousa é esposa do vice-governador do estado, Antônio José de Moraes Sousa Filho, enquanto Margareth Coelho é esposa do ex-deputado estadual Marcelo Coelho. Tazmânia Gomes, mais conhecida como deputada Belê, é sobrinha do ex- prefeito de Picos, Gil Marques de Medeiros.

O caso mais notório, no entanto, é da deputada federal Iracema Portela, membro da família Portela, influente em boa parte do estado e que já elegeu dois governadores, Petrônio e Lucídio Portela. Além disso, Iracema é ex-esposa do ex-governador do Piauí Guilherme Melo e atual esposa do senador Ciro Nogueira, cuja família forma o clã Nogueira Lima, tradicional da cidade de Pedro II.

Assim, percebe-se que o peso do apoio de parentes e a vivência com a política nos bastidores familiar se sobrepõem a outros fatores que levam as mulheres a candidatar-se e eleger-se no Piauí; todas que foram eleitas em 2010 estão dentro deste perfil. Neste sentido, a história política do Piauí está marcada por um traço profundamente oligárquico que também influenciou nas conquistas das mulheres no campo da participação política. Importante perceber então, como essa particularidade da relação mulher e política é posta em circulação pela mídia local, e como tal fato influencia o lugar de fala dessas mulheres.

Enunciação e tipos de sujeito

Para Benveniste (1998), que considera os usos da linguagem em contexto, a língua não é algo imóvel – ela só existe através do humano e é algo que se transforma com o tempo, por meio das ações dos sujeitos. Para este autor, o

sujeito é aquele que emprega a linguagem, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por meio de um ato individual de utilização”, e chama a atenção para:

> [...] a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...] Este ato consiste em o locutor mobilizar a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua é determinada pelos caracteres linguísticos da enunciação (BENVENISTE, 1998, p. 82).

De acordo com Fiorin (2012), Benveniste pega as noções de língua e fala de Saussure, e formula sua teoria da enunciação a partir da seguinte questão: o que possibilita passar da língua para a fala? Ao respondê-la, afirma que é justamente a enunciação a instância que permite a passagem da língua para a fala, é uma instância de mediação entre língua e fala.

Pinto (2002, p. 32) afirma que a “enunciação é o ato de produzir um texto e se opõe ao enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado”. O enunciado é a materialidade linguística que pode ser repetido em outras situações comunicativas. Já a enunciação se caracteriza pela sua singularidade pois, jamais se repete. Para Verón (2004, p. 216) o enunciado é da ordem do que é dito, de forma aproximada, é da ordem do conteúdo, enquanto que “a enunciação diz respeito não ao que é dito, mas sim ao dizer e suas modalidades, os modos de dizer”. Essas modalidades do dizer vão dar forma, em qualquer discurso, ao dispositivo da enunciação.

O dispositivo da enunciação comporta a imagem (o lugar ou lugares) que aquele que fala atribui a si mesmo, ou seja, o enunciador na relação com aquilo que diz; a imagem daquele a quem o discurso é dirigido, ou seja, o destinatário;

e por fim, a relação enunciador/destinatário, construída no e pelo discurso (VERÓN, 2004, p. 217-218).

O que define o sujeito é o lugar de onde ele fala (não existe sujeito sem um discurso). Foucault (2005, p. 139) afirma que “não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar”. Esse lugar é um espaço de representação sócio-institucional (jornalista, pai, professor etc.), que é uma unidade abstrata, pois, na prática, é atravessada pela dispersão. Logo, um mesmo indivíduo pode assumir diferentes papéis de sujeitos, e, dentro do discurso, funções enunciativas diferentes.

Pinto (2002, p. 33) ressalta a importância de se distinguir o que se chama de autor empírico de um texto e o “sujeito do enunciado” (também chamado de narrador , em textos narrativos ou emissor, nos textos orais denominado locutor). O autor empírico é caracterizado como o individuo que produziu o texto físico. O sujeito do enunciado é "um personagem entre outros personagens que agem e falam nos textos e que no próprio enunciado é apresentado como seu responsável" . Geralmente o autor empírico e o sujeito do enunciado coincidem, contudo, existem situações em que eles podem não ser os mesmo. É o caso dos *ghost-writers*, por exemplo, que escrevem na primeira pessoa, mas não são eles que assumem a autoria do enunciado. Além disso, segundo Pinto (2002):

> O emissor de um enunciado põe em cena um ou mais *enunciadores*, que se são as posições discursivas a quem se creditam as representações copresentes no enunciado, sem que lhes possa atribuir palavras precisas, e com as quais o emissor se identifica ou não, conforme seus interesses pragmático-argumentativos (p.34).

E assim, esses conjunto de outros enunciadores presentes em um enunciado, Benveniste chama de “sujeito da enunciação”, que está relacionado ao lugar idealizado do Eu, a imagem e a forma como ele se define no próprio discurso; esta imagem inclui a que o enunciador faz de si mesmo e a que ele faz do mundo.

Além desses dois tipo de sujeito, há um terceiro proposto por Pinto(2002): o “sujeito falado”, que ocorre quando aquele a quem é endereçado o enunciado aceita a imagem do Tu elaborada discursivamente pelo Eu.

Ainda contra a ideia ainda dominante de que a pessoa que fala é totalmente responsável pelas representações do seu discurso, a Teoria dos Discursos Sociais propõe outra, a de que o discurso é composto por diversas vozes, cuja consciência e controle escapam em parte ao locutor e que se manifestam em cada ato enunciativo. A essa característica discursiva Bakhtin(1992) denominou polifonia. Para o autor, cada fala, cada enunciação, é palco de expressão de uma multiplicidade de vozes, algumas arregimentadas intencionalmente pelo locutor e outras das quais ele não se dá conta.

Segundo Brait (1999), o *sujeito* de Bakhtin é um sujeito histórico, social, ideológico, mas também corpo. É um sujeito construído na linguagem, construído pelo “outro”. Em Bakhtin, o sujeito tem um projeto de fala que não depende só de sua intenção, mas depende do “outro” (primeiro é o “outro” com quem fala; depois o “outro”, ideológico porque é tecido por outros discursos do contexto) e, ao mesmo tempo, o sujeito é corpo (são as outras vozes que o constituem).

Authier – Revuz(1990) ao sistematizar as proposições de Bakhtin sobre polifonia, nos dá o postulado de heterogeneidade enunciativa, que pode se manifestar de duas formas: mostrada ou constitutiva. Na primeira, as vozes que atravessam o texto ocorrem de forma explícita, que podem ser analisadas

a partir de formas marcadas. Maingueneau (2005) destaca o discurso direto, indireto e indireto livre como exemplos de marcas da heterogeneidade mostrada. Já na heterogeneidade constitutiva, as vozes aparecem de forma implícita, sem que o sujeito tenha consciência.

De acordo com Pinto (2002), tanto a heterogeneidade mostrada como a constitutiva (ou interdiscurso), o entrelaçamento de citações é constitutivo dos textos, sendo que se deve sempre considerar que todo texto se constrói por um debate com outros, o que nos leva o que Bakhtin chamou de dialogismo.

Assim, a noção de dialogismo refere-se à disputa interna de vozes em um enunciado quando estas dialogam entre si continuamente, enredadas em uma cadeia responsiva. Segundo o Bakhtin (1992), o conceito de dialogismo está estritamente relacionado ao de polifonia, já que as vozes presentes no discurso dialogam, o que para o autor é o modo de funcionamento real da língua. Flores (2005, p.59) aborda essa perspectiva quando diz que, para Bakhtin, a unidade de análise da linguagem é o enunciado entendido como "realização lingüística, em que está implicado o eixo dialogismo-subetividade-enunciação. [...] não existe um objeto de discurso que já não seja dialógico, pois não há uma fala original. No dito co-existe o já dito".

Teoria dos Discursos Sociais e a produção de sentidos

Entendida como a "ciência que estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos" (ARAÚJO, 2000, p. 120), se torna essencial o esclarecimento de alguns pontos cruciais para que se entenda a perspectiva abordada pela Semiologia dos Discursos Sociais, ou, Teoria dos Discursos Sociais, termo que será adotado no desenvolvimento deste trabalho.

Primeiro, seguindo a orientação de Pinto (2002, p.20) utiliza-se a terminologia *discursos*, no plural, no lugar de discurso, pois somente dessa forma será

possível “dar conta da ideia da sua multiplicidade, como também para fugir das grandes categorias abstratas à maneira do estruturalismo, onde o conceito originalmente se forjou”.

Nesse ínterim, Pêcheux (1990) define discurso enquanto efeitos de sentidos entre locutores. Para ele, o termo sentido se comporta como uma substituição ao termo significado, cuja origem está na linguística de Saussure e que carrega consigo a ideia de algo pronto, cristalizado e imanente. Já na perspectiva do sentido, o que realmente importa é o processo, não a estrutura.

Segundo Araújo (2000) os sentidos não estão prontos nos objetos ou nas palavras, mas são produzidos a cada ato verbal, na co-presença dos sujeitos, tendo como *locus* da produção de sentidos, as relações sociais, que “ocorrem em determinadas condições históricas, culturais e políticas e são mediadas por instituições, umas e outras exercendo coerções sobre o processo de significação” (p. 120). Porém, porque o sentido não é algo palpável ou concreto, convém utilizar a expressão efeito de sentido. Sentidos são efeitos de troca de linguagens que se manifestam nos textos, ou nos discursos por uma ação do sujeito.

A Análise de Discursos pela abordagem da Teoria dos Discursos Sociais busca compreender como um objeto simbólico produz sentidos. Sentidos, aqui também tratado no plural, pois não há um sentido “verdadeiro” o qual o analista vai encontrar. Não existe uma verdade oculta e escondida atrás do texto. O que existem, na superfície destes, são “pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar” (PINTO, 2002, p.26).

Para Análise de Discursos que interessa ao nosso objetivo proposto o que se leva em conta, não é o que o texto diz ou mostra, “mas sim em como e porque

o diz e mostra" (PINTO, 2002, p. 27). O que vai diferenciar um texto do outro não é o dito, mas sim os modos de dizer.

Em suma, o analista de discursos, seguindo a Teoria dos Discursos Sociais, deve levar em consideração que quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade. Dito isto, pode-se então afirmar que a Teoria dos Discursos Sociais trabalha com os processos de constituição do discurso, que podem ser definidos como o lugar do trabalho social de produção do sentido.

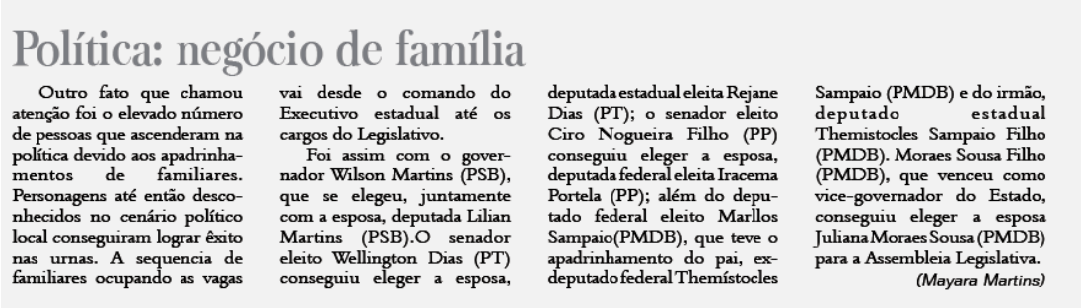
A bancada feminina

O jornal O Dia de 02 de janeiro (Figura 01), sob o enunciado "Retrospectiva política" no início da página, traz ainda outro enunciado "Política: negócio de família", em que o enunciador jornalístico chama a atenção para o fato de nas eleições de 2010, ter tido um grande número de eleitos por apadrinhamento político no estado do Piauí. Ao aproximar a política com a ideia de negócio de família, o enunciador estabelece uma analogia entre a política e as empresas privadas cuja posse é passada de geração para geração. Assim, tal qual empresas, a política também apresentaria essa característica, ainda resquício das oligarquias políticas características do início do século XX no Brasil, conforme tratado anteriormente.

No enunciado de que, nas eleições de 2010, "personagens até então desconhecidos no cenário político local conseguiram lograr êxito nas urnas", o enunciador jornalístico estabelece uma relação de proximidade com os leitores que se identificam com as pessoas que desconhecem esses novos eleitos. Em seguida, traz esses personagens apresentando-os com as respectivas ligações familiares, em que se destacam quatro mulheres: Wilson Martins, eleito governador e sua esposa, Lilian Martins, eleita deputada estadual; Wellington Dias, eleito senador e sua esposa, Rejane Dias, eleita deputada estadual; Ciro

Nogueira, eleito senador e sua esposa, Iracema Portela, eleita deputada federal; Moraes Sousa Filho, eleito vice-governador e sua esposa Juliana Moraes Sousa, eleita deputada estadual.

Ao apresentar a eleição de Rejane Dias, Iracema Portela e Juliana Moraes Sousa, o enunciador jornalístico utiliza a expressão verbal “conseguiu eleger” após o nome de seus respectivos maridos, propondo-as dessa forma, como assujeitadas historicamente no processo da eleição; ou seja, elas se elegeram a partir do prestígio político de seus maridos. O enunciador chama a atenção para Lilian Martins que é mostrada como quem “se elegeu juntamente” com Wilson Martins onde ela é apresentada como um sujeito com certa autonomia.



Política: negócio de família

Outro fato que chamou atenção foi o elevado número de pessoas que ascenderam na política devido aos apadrinhamentos de familiares. Personagens até então desconhecidos no cenário político local conseguiram lograr êxito nas urnas. A sequencia de familiares ocupando as vagas vai desde o comando do Executivo estadual até os cargos do Legislativo.

Foi assim com o governador Wilson Martins (PSB), que se elegeu, juntamente com a esposa, deputada Lilian Martins (PSB).O senador eleito Wellington Dias (PT) conseguiu eleger a esposa, deputada estadual eleita Rejane Dias (PT); o senador eleito Ciro Nogueira Filho (PP) conseguiu eleger a esposa, deputada federal eleita Iracema Portela (PP); além do deputado federal eleito Marllos Sampaio(PMDB), que teve o apadrinhamento do pai, ex-deputado federal Themístocles Sampaio (PMDB) e do irmão, deputado estadual Themistocles Sampaio Filho (PMDB). Moraes Sousa Filho (PMDB), que venceu como vice-governador do Estado, conseguiu eleger a esposa Juliana Moraes Sousa (PMDB) para a Assembleia Legislativa.

(Mayara Martins)

Figura 01

Fonte: Jornal O Dia, 02 jan. 2011, p.3.

Vale destacar que outro personagem que aparece na matéria é o deputado Marllos Sampaio, eleito deputado federal; no texto, ao contrário de Rejane, Iracema e Juliana, embora ele tenha tido o apadrinhamento do pai, ex-deputado federal Themístocles Sampaio (PMDB) e do irmão, deputado estadual Themistocles Sampaio Filho(PMDB), o enunciador usa o verbo na voz ativa, ele foi “eleito”. Tal forma de mostrá-lo propõe como efeito de sentido que, diferente das mulheres, Marllos Sampaio mesmo inserido no contexto de quem recebeu apoio de familiares políticos, ainda assim é um sujeito com autonomia, se elegeu independente dos laços familiares.

O jornal O Dia novamente apresenta a questão da eleição por apadrinhamento político no dia 31 de janeiro (Figura 02), véspera da posse das deputadas eleitas em 2010. No enunciado “Mulheres foram eleitas com experiência do marido”, o enunciador jornalístico reafirma um efeito de sentido de que as mulheres em questão foram eleitas por meio do prestígio político de seus esposos.

Além disso, outra voz polifonicamente compõe o texto, a do cientista político Ricardo Arraes, referenciado na matéria também como professor. O enunciador jornalístico, numa estratégia enunciativa marcada de reforço do ideológico, pressupõe que Ricardo Arraes tem capacidade para aferir conclusões a respeito do tema, e ao utilizar heterogeneidade mostrada, pelo uso de citações diretas e indiretas, ele coloca na voz do cientista político a responsabilidade do que é dito.

Assembleia Legislativa inicia ano com renovação de 40%

Doze deputados estrearão na Casa, que terá ainda a maior bancada feminina de toda sua histó

Vanessa Mendonça
REPÓRTER

Uma renovação de 40% e a maior bancada feminina da história. Assim a Assembléia Legislativa do Piauí (Alepi) inicia a legislatura 2011/2014. Apesar disso, muitos cientistas políticos têm questionado a legitimidade dessa renovação e dessa representação feminina por se tratar de nomes, quase que exclusivamente, ligados a políticos tradicionais. Por outro lado, a anunciada convocação de grande número de suplentes e a indefinição sobre quem assumirá essas suplências (representantes dos partidos ou das coligações) é outro imbróglio que a Alepi deverá enfrentar já a partir da posse dos parlamentares, nesta terça-feira (1º).

Ao todo, a Assembléia terá 12 deputados estreantes, sendo cinco mulheres: Juliana Moraes Sousa (PMDB), Belê (PSB), Rejane Dias (PT), Liziê Coelho (PTB), Margareth Coelho (PP), Flávio Nogueira (PDT), Merlong Solano (PT), Firmino Filho (PSDB), e Gustavo Neiva (PSB), além de Fábio Novo (PT) e Ubiraci Carvalho (PDT), que haviam assumido apenas como suplentes. A bancada feminina da Casa se completa com Lilian Martins (PSB) e Ana Paula (PMDB), que vão para o segundo mandato.

O presidente da Assembléia Legislativa do Piauí, Themístocles Filho (PMDB – que deve ser reconduzido ao cargo pela terceira vez no dia 2, quando acontece a eleição para a nova Mesa Diretora da Alepi), afirma que a renovação de mais de 40% da Casa não deve gerar empecilhos a seu funcionamento nesse primeiro momento da nova legislatura. "Todos os novos deputados têm, direta ou indiretamente, alguma experiência", disse.

A estreante Margareth Coelho afirma que a principal preocupação dos parlamentares é conseguir atender às demandas da população. "Acho que todos os eleitos são pessoas comprometidas com o futuro do Piauí. E nós, mulheres, não estamos chegando agora. Lutamos muito para alcançar esse espaço", comentou, acrescentando que há grande expectativa por parte do parlamento em relação ao novo mandato do governador Wilson Martins. "O mandato anterior foi tampão. Agora que ele está realmente com sua equipe, de acordo com as políticas públicas que quer implantar. Eu especificamente pretendo cobrar o cumprimento da Lei Orçamentária", relatou.

Já o experiente deputado Fernando Monteiro, que irá para seu sétimo mandato, ressalta que há grande expectativa em justificar através de sua atuação parlamentar o apoio recebido por lideranças de todo o Piauí. "Nossa função é intermediar os pleitos dos municípios junto ao Governo para melhorar as condições desses municípios", argumentou.

Mulheres foram eleitas com experiência dos maridos

O cientista político Ricardo Arraes, professor da Universidade Federal do Piauí, entre renovação e maior participação de mulheres na Assembléia Legislativa do Piauí, destaca a maior presença feminina na Casa. "Temos um dos parlamentos mais masculinos e conservadores do mundo. Países menores e menos expressivos economicamente que o Brasil têm maior participação feminina que o Brasil. Esse é um avanço", argumentou.

Por outro lado, o professor disse que a maior parte das mulheres eleitas nas eleições de 2010 no Piauí tiveram apoio de maridos já com larga experiência política. "Foram eleitas ancoradas nos cabedais políticos dos maridos", ressaltou, apesar de admitir que em alguns casos, como os de Lilian Martins, esposa do governador Wilson Martins, ambos do PSB, e de Rejane Dias, esposa do senador eleito Wellington Dias, do PT, trata-se de reconhecimento de um trabalho próprio dessas mulheres. "O Wellington teve quase um milhão de votos, a Rejane muito menos. Não colou na imagem do marido. Foi o trabalho dela que a credenciou", disse.

Ricardo Arraes também ressaltou o risco que representa a ampla maioria do Governo na Casa. "Por um lado o Governo tem maior facilidade de aprovar projetos de seu interesse; esperamos que essa liberdade não leve a um Governo autoritário. Autoritário no sentido de não ouvir a oposição, as reivindicações da população", exemplificou.

(Vanessa Mendonça)

Conheça os parlamentares pi
tomam posse dia 1º:

DEPUTADOS ESTADUAIS

Lilian Martins
PSB
66.526 votos
2º mandato

Rejane Dias
PT
55.175 votos
1º mandato

Robert Rio
PC do B
52.646 vot
2º mandato

Firmino
PSDB
47.634 votos
1º mandato

Kleber Eulalio
PMDB
47.472 votos
7º mandato

Themistoc
PMDB
46.319 votos
5º mandato

Fernando Monteiro
PTB
41.836 votos
7º mandato

Luciano Nunes
PSDB
37.789 votos
3º mandato

Marden M
PSDB
35.644 vot
3º mandato

Ana Paula
PMDB
34.385 votos
2º mandato

Flávio Nogueira
PDT
32.954 votos
1º mandato

Merlong S
PT
31.345 vot
1º mandato

Figura 02

Fonte: Jornal O Dia, 31 jan. 2011, p. 3

Na matéria, Ricardo Arraes enunciador marca uma posição ao dizer que as mulheres "foram eleitas ancoradas nos cabedais político dos maridos". No entanto, ele admite que tanto Lilian Martins, primeira-dama do Estado, quanto Rejane Dias, ex-primeira dama do estado, foram eleitas por conta de "um reconhecimento de um trabalho próprio dessas mulheres".

No caso da deputada Rejane Dias, ele afirma que ela "não colou na imagem do marido", "foi o trabalho dela que a credenciou", o que se configura como um exemplo de heterogeneidade constitutiva, pois deixa na superfície a ideia de que há outros discursos sobre a deputada que a tornam credenciada a assumir o cargo na qual foi eleita, além de estabelecer um diálogo com a memória do leitor que reconhece sua competência.

O enunciador jornalístico então estabelece dois tipos de propostas: com aqueles que acreditam que as mulheres só foram eleitas por causa de seus maridos, e com aqueles que acreditam que há exceções, como as primeiras-damas, que acabam por desenvolver trabalhos que as credenciam posteriormente a serem eleitas sem se apoiarem na imagem de seus maridos.

A matéria está em dialogia com outra que está na parte superior da mesma página, com o título “Assembleia Legislativa inicia ano com renovação de 40%”, e cujo subtítulo traz o fato de que essa legislatura “terá ainda a maior bancada feminina de toda sua história”. Nela, o enunciador jornalístico traz a voz de uma dessas mulheres eleitas, Margarete Coelho, que enquanto sujeito da enunciação, se assume nesse contexto principalmente como mulher e não como sujeito político, quando polifonicamente diz “e nós mulheres, não estamos chegando agora”. A citação direta da deputada marca que as mulheres sempre estiveram buscando esse espaço.

Ainda, há um efeito de sentido de que Margarete Coelho dialogisa com Ricardo Arraes discordando deste quando diz que “lutamos muito para alcançar esse espaço”, ou seja, ela coloca as mulheres como sujeitos ativos no campo político, ao contrário do que afirma o estudioso que as coloca, com exceção de Rejane Dias e Lilian Martins, enquanto assujeitadas.

Na mesma data de 31 de janeiro, o jornal Meio Norte com a matéria “Bancadas renovam 40% na Assembléia e 50% na Câmara” (Figura 03) traz o embate de vozes entre o discurso jornalístico, o científico político e o feminista, em uma disputa de poder de quem dá a última palavra.

O enunciador jornalístico está em tensão com um enunciador científico político, este materializado na voz de Vitor Sandes, quando o primeiro propõe que há uma “renovação significativa nas bancadas piauienses”, enquanto que o segundo, em citação direta, afirma que “não haverá mudança política

substancial”. Logo, um sentido proposto é que a renovação, neste caso, não significa uma mudança.

A questão da presença maior de mulheres em cargos eletivos é mostrada pela citação direta do enunciador científico político como um avanço “no sentido de tornar mais plural a representação no âmbito da Alepi, mas, por outro lado, sabe-se que parte delas são ligadas politicamente às políticas tradicionais do estado do Piauí”. Percebe-se no enunciado proposto pela voz de Vitor Sandes a materialização de dois discursos divergentes: o discurso feminista, que aponta o ingresso cada vez maior de mulheres como avanço, e o discurso histórico político, que reconhece essa presença como um “continuísmo” de oligarquias políticas.

Novos deputados

Novos deputados tomam posse marcando expressiva renovação nas bancadas, que seguem alinhadas com o Governo, inclusive sofrendo impacto da convocação de Wilson Martins

Bancadas renovam 40% na Assembleia e 50% na Câmara

ANANIAS RIBEIRO E SÁVIA BARRETO
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

Esta semana os trabalhos legislativos na Câmara Federal, no Senado e na Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) recomeçam trazendo como principal novidade uma renovação significativa das bancadas piauienses. Com a saída de parlamentares eleitos em outubro do ano passado e que estarão ocupando este ano cargos na administração estadual a convite do governador Wilson Martins (PSB), a renovação das bancadas aumenta ainda mais com a posse dos suplentes que exercerão o primeiro mandato em substituição aos políticos veteranos.

“Não haverá grandes alterações no perfil do Legislativo. Em geral, os suplentes que assumirão vagas na Assembleia Legislativa são políticos com trajetória política. Além disso, a força da bancada governista se manterá, o que, em termos práticos, reforça a tese de que não haverá mudança política substancial, mesmo com a saída de alguns deputados que irão assumir cargos políticos-administrativos no Governo”, argumenta o cientista político Vitor Sandes.

Para ele, a presença maior de mulheres na Assembleia Legislativa, por exemplo, significa um avanço político na composição da Casa. “Quanto à questão da maior presença de mulheres, isso apresenta um avanço no sentido de tornar mais plural a representação no âmbito da Alepi, mas, por outro, sabe-se que parte delas são ligadas politicamente à políticos tradicionais do estado do Piauí”, frisou, acrescentando que “as mudanças, em regimes democráticos, muitas vezes, vêm acompanhadas por traço de continuísmo”.

Sandes considera o peso da base governista como marcante nessa legislatura. “Com isso, os deputados de oposição terão alguma dificuldade de aprovar medidas contrárias à posição do Governo”, ressaltou. Para manter a base, segundo o cientista político, basta o Governo conseguir negociar com as lideranças dos partidos aliados de modo a impossibilitar conflitos internos, o que pode contribuir para o fortalecimento da oposição. “A oposição, por outro lado, terá como principal desafio sua rearticulação, tendo em vista a diminuição da força governista na Assembleia”.

Os debates em torno dos membros que ocuparão as principais comissões das Casas Legislativas também são importantes, lembra Vitor. “São nas Comissões que são debatidas e deliberadas boa parte das discussões do Legislativo. São nelas que são realizados os trabalhos mais especializados e, por consequencia, é desejo da base governista a ocupação das principais Comissões do Legislativo, inclusive a de Constituição e Justiça”, disse.

Na Câmara apenas o deputado federal Átila Lira (PSB) sairá para assumir a Secretaria de Educação e em seu lugar entrará o Nazareno Fonteles (PT). Já na Assembleia, a primeira novidade fica por conta da esposa do vice-governador, Moraes Souza Filho (PMDB), Juliana Moraes Souza. Ela fará companhia no time dos novatos junto a Gustavo Neiva e Tasmânia Gomes, a Belê, ambos do PSB. Rejane Dias e Merlong Solano são os novos nomes do PT, mas Merlong deve sair para comandar a secretaria estadual de Transportes. O PP elegeu Margareth Coelho e o PSDB, Firmino Filho, ambos estreantes na Alepi. Evaldo Gomes pelo PTC também é outro novato que inicia os trabalhos legislativos esta semana.

Para a Legislatura de 2011 – 2015 serão convocados os suplentes dos deputados eleitos Wilson Brandão (PSB), Warton Santos (PMDB), Robert Rios (PCdoB), Lilian Martins (PSB), Merlong Solano (PT) e Henrique Rebelo (PT). Os deputados federais e senadores eleitos serão empossados nesta terça-feira, às 10 horas.

Nova composição da Assembleia, Câmara e Senado

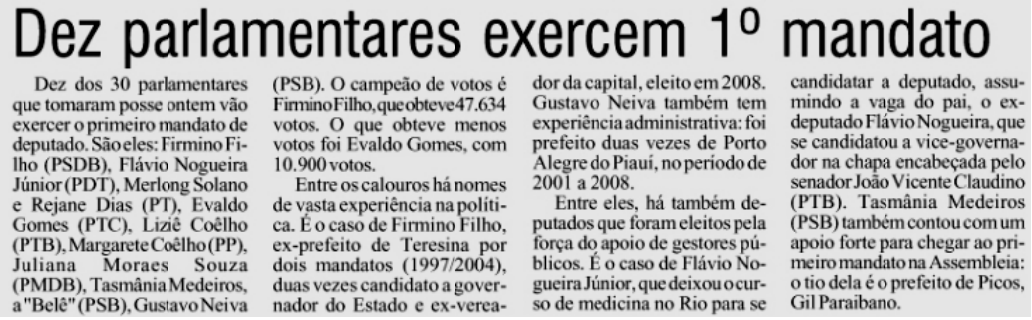
Assembleia legislativa	
Renovação	40%
Governistas	25
Oposição	5
Bancada feminina	7
Câmara Federal	
Renovação	50%
Governistas	8
Oposição	2
Bancada feminina	1
Senado	
Renovação	100%
Governistas	2

Figura 03
Fonte: Jornal Meio Norte, 31 jan. 2011, p. 3

Essa reminiscência a discursos anteriores é um exemplo de heterogeneidade constitutiva, porque requer que o leitor tenha conhecimento de quem são essas mulheres e a que grupos políticos elas estão ligadas. A exceção, neste caso, é da deputada Juliana, mostrada no texto como “primeira novidade” e “esposa do vice-governador”, em que o enunciador jornalístico também aciona o discurso de gênero. Nesse ínterim, este enunciador utiliza a prerrogativa de utilizar outras fontes para

construir seu texto, colocar na voz destes enunciadores o que é dito e assim, eximir-se dessa responsabilidade, mas propondo sentidos e deixando na superfície do texto as marcas de embates discursivos.

No jornal Diário do Povo, as relações de parentesco das mulheres que foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado não foram levantadas na mesma proporção como ocorreu com os dois jornais supracitados. No entanto, não houve um silenciamento por completo na questão. No dia 02 de fevereiro (Figura 04), em sua página 03 da editoria de política, o enunciador jornalístico faz uma referência ao apadrinhamento político dos novos deputados na matéria "Dez parlamentares exercem primeiro mandato".



Dez parlamentares exercem 1º mandato

Dez dos 30 parlamentares que tomaram posse ontem vão exercer o primeiro mandato de deputado. São eles: Firmino Filho (PSDB), Flávio Nogueira Júnior (PDT), Merlong Solano e Rejane Dias (PT), Evaldo Gomes (PTC), Liziê Coêlho (PTB), Margarete Coêlho (PP), Juliana Moraes Souza (PMDB), Tasmânia Medeiros, a "Belê" (PSB), Gustavo Neiva (PSB). O campeão de votos é Firmino Filho, que obteve 47.634 votos. O que obteve menos votos foi Evaldo Gomes, com 10.900 votos.

Entre os calouros há nomes de vasta experiência na política. É o caso de Firmino Filho, ex-prefeito de Teresina por dois mandatos (1997/2004), duas vezes candidato a governador do Estado e ex-vereador da capital, eleito em 2008. Gustavo Neiva também tem experiência administrativa: foi prefeito duas vezes de Porto Alegre do Piauí, no período de 2001 a 2008.

Entre eles, há também deputados que foram eleitos pela força do apoio de gestores públicos. É o caso de Flávio Nogueira Júnior, que deixou o curso de medicina no Rio para se candidatar a deputado, assumindo a vaga do pai, o ex-deputado Flávio Nogueira, que se candidatou a vice-governador na chapa encabeçada pelo senador João Vicente Claudino (PTB). Tasmânia Medeiros (PSB) também contou com um apoio forte para chegar ao primeiro mandato na Assembleia: o tio dela é o prefeito de Picos, Gil Paraibano.

Figura 04
Fonte: Jornal Diário do Povo, 02 Fev. 2011, p.3

No corpo do texto, o enunciador posiciona primeiramente esse apadrinhamento como "apoio de gestores públicos", mas a relação oligárquica se materializa nos exemplos apontados pelo mesmo enunciador: Flávio Nogueira Júnior, que assumiu "a vaga do pai", e de Tasmânia (Belê) Medeiros, apoiada por seu tio, prefeito da cidade de Picos, Gil Paraibano.

Na forma de mostrar a forma de ingresso de Belê, o enunciador jornalístico apresenta como tendo tido "um forte apoio" para "seu primeiro mandato", propondo nesta instância da redação um efeito de sentido de que sem esse apoio provavelmente ela não teria alcançado êxito, por não ter experiência política consistente para a disputa deste cargo, já que é a primeira vez que é

eleita ao mesmo.

Considerações Finais

Nos discursos sobre a “bancada feminina”, os três jornais trouxeram à tona o fato de que a eleição da maioria dessas mulheres foi caracterizada pelo apoio de familiares com histórico e experiência política. São esposas, irmãs, sobrinhas que não possuem em seu perfil político referências a atividades políticas que as credenciassem a ser eleitas de forma autônoma.

Os discursos sobre mulheres e apadrinhamento político familiar, no entanto, apareceram polifonicamente inseridos dentro do discurso de outro campo, o científico político. Desta forma, os jornais marcaram seu posicionamento ao mesmo tempo em que se eximiram da responsabilidade do que diziam. O discurso de gênero, de que as mulheres não pertencem ao campo político, e quando a ele adentram não o fazem por mérito próprio, mas por meio do apoio de pares políticos masculinos, se materializou por meio das matérias que versaram sobre a formação da bancada feminina na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e da eleição da deputada federal Iracema Portella no ano de 2011.

Para o jornal O Dia, o assunto foi recorrente durante a retrospectiva do ano político anterior, na posse das deputadas estaduais e no dia Internacional da Mulher. Num primeiro momento, o enunciador O Dia fez uma analogia entre política e negócio familiar, em que as mulheres foram mostradas como tendo sido eleitas pelos maridos, culminando no dia da posse das deputadas estaduais em que o mesmo jornal trouxe esse fato pela voz de um enunciador científico político.

O jornal Meio Norte, apropriando-se também do discurso da ciência política, questionou a legitimidade da bancada feminina na Assembleia Legislativa,

nomeando-as de “presença simbólica”. O jornal Diário do Povo, diferente dos demais, embora no primeiro momento tenha se equivocado quando na escrita do título, propondo sentidos de mulheres que agiam em discrepância com o próprio gênero, as apresentam dentro do texto enquanto atuantes e pró-ativas.

Assim, observou-se que os jornais em suas práticas colocam em circulação modos de dizer sobre as mulheres na política local a partir do discurso de enunciadores que estão fora da instância política, como o científico político, histórico e de gênero. Ao usar tais discursos, e em muitas vezes colocá-los em embates discursivos na construção do texto, em que disputas de poder são traçadas, os jornais acabam por posicionar-se quanto a essas mulheres, sem, no entanto, assumir a responsabilidade pelo que foi dito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, I. (2000). *A reconversão do olhar*. São Leopoldo: UNISINOS.

Arraes, M. R. (2000). *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982 – 1995*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Campinas, São Paulo.

Authier-Revuz, J. (1990). Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos de Lingüístic*a, 19, 25-42. Campinas.

Bakhtin, M. M. (1992). *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes.

Benveniste, E. (1988). *Problemas de lingüística geral I.* Campinas: Pontes.

Brait, B. (1999). Mikhail Bakhtin: o discurso na vida e o discurso na arte. Em M. J. Dietzsch (Org.) *Espaços da linguagem na educação* (pp. 11 – 40). São Paulo: Humanitas.

Fiorin, J. L. (2012). Enunciação e comunicação. Em R. Figaro (org.). *Comunicação e análise de discurso*. São Paulo: Contexto.

Flores, V. do N. (2005). *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto.

Foucault, M. (2005). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Maingueneau, D. (2005). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

Pêcheux, M. (1990). Análise automática do discurso. Em F . Gadet; T. Hack (orgs). *Por uma análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêuchex* (pp. 61 – 112). São Paulo: Unicamp.

Pinto, M. J. (2002). *Comunicação e discurso. Introdução à análise de discurso. (2ª ed.).* São Paulo: Hacker Editores.

Sousa, N. M. R. de. (2008). *A política de salto: a participação feminina na política piauiense (1970 a 1998).* Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Piauí, Piauí.

Tabak, F. (1989). *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos deputados – Coordenação de Publicações.

Véron, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: UNISINOS.